



RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI Nº 0210/2025

“Declara de utilidade pública a JCI São Miguel do Oeste e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina.”

Autor: Deputado Matheus Cadorin

Relator: Deputado Rodrigo Minotto

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 0210/2025, de autoria do Deputado Matheus Cadorin, que pretende declarar de utilidade pública a JCI São Miguel do Oeste, alterando, para tanto, o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

A matéria foi lida na Sessão Plenária do dia 6 de maio de 2025, sendo aprovado o voto do Relator na Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Napoleão Bernardes, que, tendo verificado o cumprimento dos requisitos legais, manifestou-se por sua admissibilidade.

Em seguida, aportou a proposição nesta Comissão de Educação e Cultura, em que fui designado à relatoria, nos termos regimentais.

É o relatório.

II – VOTO

Tendo sido superada a análise da juridicidade da matéria, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, a esta Comissão de Educação e Cultura compete analisar as proposições sob a ótica do interesse público, quanto a seus campos temáticos ou áreas de atividade, conforme preceituam os arts. 78 e 144, III, do Regimento Interno deste Poder.

Entende-se que o Título de Utilidade Pública estadual a ser concedido à JCI São Miguel do Oeste vai ao encontro do interesse público, uma vez que, conforme disposto em seu estatuto social, a entidade tem por finalidade contribuir para o progresso mundial, por meio do desenvolvimento da liderança, da responsabilidade social, do espírito empreendedor e do companheirismo entre jovens. Para tanto, a JCI promove ações de relevante impacto social, entre as quais se destacam iniciativas nas áreas de educação e cultura, saúde e segurança alimentar, assistência social, defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico, além de atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável e ao combate à pobreza.

Tais finalidades e práticas evidenciam o compromisso da entidade com a transformação social, a promoção da cidadania e o fortalecimento de valores democráticos, justificando, portanto, a concessão do Título de Utilidade Pública estadual.

Diante do exposto, voto, no âmbito deste Colegiado, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 0210/2025.

Sala das Comissões,

Deputado Rodrigo Minotto
Relator



ELEGIS
Sistema de Processo
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Minotto**, em
05/06/2025, às 12:12.
